

DILEMAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA NA PANDEMIA: UMA PERSPECTIVA MILTONIANA

Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira-Neto – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7358-8958>

Leonardo Thompson da Silva - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3844-7313>

George Luís Martins de Oliveira - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4897-0244>

José André Ribeiro - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2983-3447>

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Porto Seguro, BA, Brasil, *

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Porto Seguro, BA, Brasil**

³ Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna, BA, Brasil***

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Porto Seguro, BA, Brasil****

Artigo recebido em 04/10/2021 e aceito em 19/11/2021

RESUMO

Certamente que o período de pandemia em que estamos vivendo, por causa da Covid-19, provocou mudanças nas relações em todos os setores da sociedade. O ambiente escolar passou do físico para o virtual, com professores despreparados tecnologicamente para um novo modelo de ensino e de comunicação com seus alunos. As escolas, em todas as esferas de governança, mostraram que além da carência em infraestrutura básica, algumas sequer possuíam uma rede de internet capaz de auxiliar professores e alunos. Esse texto traz uma visão de professores de geografia no campus do Instituto Federal da Bahia na cidade de Porto Seguro sob uma visão crítica elaborada por Milton Santos na relação entre território e educação.

Palavras-Chave: pandemia; educação; Milton Santos; Porto Seguro; IFBA.

DILEMMAS OF TEACHING GEOGRAPHY IN PANDEMIC: A MILTONIAN PERSPECTIVE

ABSTRACT

Certainly the period of pandemic in which we are living, because of Covid-19, has caused changes in relations in all sectors of society. The school environment has moved from physical to virtual, with teachers technologically unprepared for a new model of teaching and communication with their students. Schools, in all spheres of governance, showed that in addition to the lack of basic infrastructure, some did not even have an internet network capable of assisting teachers and students. This text provides a view of geography

* Professor de Geografia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA - Campus Porto Seguro. E-mail: cerqueiraneto.mg@gmail.com

** Professor e pesquisador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA - Campus Porto Seguro. E-mail: leonardothompson@gmail.com

*** Mestre em Ciências e Tecnologias Ambientais, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). E-mail: jeorge_martins@yahoo.com.br

**** Professor de Filosofia com Dedicção Exclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, no Campus de Porto Seguro. E-mail: joseandre14@hotmail.com

teachers on the campus of the Federal Institute of Bahia in the city of Porto Seguro under a critical view developed by Milton Santos in the relationship between territory and education.

Keywords: pandemic; education; Milton Santos; Porto Seguro; IFBA.

DILEMAS DE LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA EN PANDEMIA: UNA PERSPECTIVA MILTONIANA

RESUMEN

Ciertamente, el período de pandemia que estamos viviendo, a causa del Covid-19, ha provocado cambios en las relaciones en todos los sectores de la sociedad. El ambiente escolar pasó de lo físico a lo virtual, con docentes tecnológicamente poco preparados para un nuevo modelo de enseñanza y comunicación con sus alumnos. Las escuelas, en todos los ámbitos de la gobernanza, mostraron que además de la falta de infraestructura básica, algunas ni siquiera contaban con una red de internet capaz de ayudar a profesores y estudiantes. Este texto trae una mirada de profesores de geografía en el campus del Instituto Federal de Bahía en la ciudad de Porto Seguro bajo una mirada crítica elaborada por Milton Santos sobre la relación entre territorio y educación.

Palabras clave: pandemia; educación; Milton Santos; Porto Seguro; IFBA.

INTRODUÇÃO

Quem está familiarizado com a obra do Milton Santos identifica neste título uma semelhança com uma das suas mais importantes obras, *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. De acordo com Dantas e Tavares (2011, p.139) “é a partir dessa obra que Milton Santos começa a lançar vários elementos que serão aprofundados em livros subsequentes”. O citado livro não faz qualquer menção à questão da educação; contudo, ele mostra as dificuldades e uma gama de variáveis que o geógrafo encontra para analisar um determinado território e sua dinâmica. Dessa forma, inspirados nesse livro iremos apresentar algumas inquietudes que permearam as nossas atividades enquanto professores de geografia em um país, que apesar de estar sempre figurando entre as vinte maiores economias do planeta, mostrou-se, nesta pandemia, marcado por uma realidade terceiro-mundista.

Tendo o Instituto Federal da Bahia – IFBA, Campus Porto Seguro, como uma espécie de laboratório e base empírica para a elaboração desta reflexão, como professor, que também se traduz em nossas angústias, é fundamental, sobretudo, destacarmos algumas características do território no qual estamos inseridos. O território aqui sendo visto através da conceituação de Santos e Silveira (2000, p. 11),

A noção de território de que nos utilizamos, e essa observação preliminar é indispensável, não vê o território apenas como um quadro em branco, onde a sociedade se instala e busca produzir uma história. Nós o vemos como algo já preenchido por pessoas e objetos, historicamente constituídos, integrado com a natureza, bruta ou trabalhada, constitui o

quadro da vida a que ninguém escapa. Assim, o território usado – e não o território em si mesmo – constitui um ator essencial da vida social.

Por conseguinte, para além de ser conhecido mundialmente como um dos maiores destinos turísticos do país, Porto Seguro abriga em seu território consideráveis residuais de Mata Atlântica, uma diversidade cultural expressiva, um contexto histórico importante para compreender o processo de colonização do país, comunidades indígenas resistentes ao processo de globalização, no que concerne à preservação da sua cultura; além de um setor econômico diversificado tanto no setor urbano, quanto no rural, com o agronegócio e a silvicultura do eucalipto como fortes influências econômicas. Do ponto de vista político-administrativo, o município mantém essa diversidade, porém diante de uma sociedade extremamente desigual socioeconomicamente e que possui em vários distritos diferentes graus de atuação econômica e urbanização.

É no vetor da desigualdade socioeconômica que vamos centrar nossa análise, especialmente porque o IFBA recebe discentes das mais diversas camadas socioeconômicas, o que, conseqüentemente, interfere na dinâmica institucional do IFBA, desde o departamento que organiza burocraticamente a vida do aluno, até a atuação do professor numa nova configuração de ensino.

Com efeito, “vemos a realidade através da ótica de nossa ideologia, de nossa metodologia, de nossa visão global do mundo. Por isso, a mesma realidade pode prestar-se a diferentes interpretações” (SANTOS, 1991, p. 10). Portanto, a nossa percepção também não deverá ser compreendida como uma análise que sirva a todos os professores, pois, por exemplo, professores colegas da área de tecnológica se sentiram à vontade com o uso de algumas ferramentas para lecionarem suas disciplinas.

UMA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA PARA COMPREENDER A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

A discussão sobre a influência das instituições educacionais e suas dinâmicas espaciais vem despertando o interesse de pesquisadores, ocupando cada vez mais espaço nos seminários acadêmicos, congressos e publicações sobre o assunto. Santos e Silveira (2000) elaboraram reflexões que mostram a relação direta entre a educação e o território na produção de novas dinâmicas, inclusive, na dinâmica econômica tão pouco abordada como causa da implantação e da localização territorial de instituições de ensino. Em países como o Brasil, em que a educação e a ciência são tratadas como vetores secundários, o desenvolvimento econômico é estudado, mormente, a partir da chegada de grandes empreendimentos.

A importância de trazer Milton Santos para esse tipo de reflexão está no fato de que sua análise contribui para um melhor entendimento da articulação entre a educação e as categorias geográficas espaço/território/região e suas múltiplas escalas. A Geografia, por ser uma ciência que estuda o espaço e suas complexas articulações multidimensionais, tem dado sua contribuição nesse debate. Cada vez mais geógrafos elaboram reflexões e direcionamentos sobre a educação e a institucionalização de novos arranjos territoriais e o seu reatamento no desenvolvimento local e regional. O que se pretende discutir “não é a análise de um pedagogo, mas o estudo geográfico do fenômeno da Educação [...] pretende ser, ao mesmo tempo, uma visão estática – como as coisas são – e uma visão dinâmica, isto é, o processo. Uma e outra poderão nos ajudar, de alguma forma, a enxergar a tendência”. (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 11).

Em um contexto cada vez mais impregnado pelas especializações técnicas, científicas e informacionais, é crescente a procura da sociedade por conhecimento, qualificação e ensino. Nesse sentido, "o território brasileiro cria demandas educacionais, isto é, cria necessidades de formação de pessoas nos lugares" (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p.12) que, de maneira geral, impõe sua lógica à dinâmica educacional nos diversos níveis de ensino. Uma lógica que vai privilegiar os lugares luminosos. Por essa razão, a história da educação no território poderá ser contada como uma história de ausências e presenças, no espaço nacional, dos atores responsáveis por essa atividade (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p.12). Por exemplo, as áreas de produção econômica, ciclo da cana de açúcar e ciclo do ouro, condicionaram a formação dos primeiros núcleos urbanos localizados nas regiões litorâneas e, conseqüentemente, os primeiros estabelecimentos de ensino. À medida que foram se consolidando as estradas, ferrovias, energia elétrica, abastecimento de água, equipamentos e sistemas de infraestrutura, houve uma interiorização não apenas da economia, mas acompanhada do surgimento de escolas.

Nessa perspectiva, a combinação dos fatores “a localização do poder político-administrativo e a centralização correspondente dos agentes e das atividades econômicas que criou as primeiras necessidades de contar com escolas [...]” (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 15). Logo, o início da ocupação e formação territorial, atrelado às primeiras formas urbanas e à produção voltada para exportação, deu uma configuração inicial da oferta de escolas e cursos no território brasileiro.

O que podemos perceber de fato, é que cada evolução nos ciclos econômicos demandava mecanização e melhorias de técnicas na produção, por conseguinte aumentava a demanda por

conhecimento técnico, principalmente aquele atrelado à sistemas de engenharia. "Aos saberes universais acrescentam-se, desse modo, os saberes técnicos que povoaram já não somente o litoral, mas, sobretudo, áreas interioranas especializadas e voltadas para um mercado exterior" (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p.18).

Já no século XX, o território brasileiro desenhado nas manchas da mecanização da produção agrícola passa à um processo de industrialização, evolução das redes de infraestrutura e transporte, com crescente integração dos mercados, novas polarizações urbano-regionais, novos meios de comunicação e informação, junto às dinâmicas populacionais rural-urbano, que contribuíram para uma concentração espacial socioeconômica no eixo centro-sul do território. "O anseio pelo acesso à educação foi, certamente, um dos móveis principais desses movimentos da população" (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p.22).

A difusão das instituições educacionais e do ensino superior entre os anos de 1950 e 1970 foi significativa. O processo de urbanização do território brasileiro é acompanhado por um crescimento da demanda educacional. Esse acréscimo vertiginoso está relacionado ao aumento significativo de instituições públicas e privadas e de cursos ofertados no ensino superior.

Isso é o que os autores mencionam como um período técnico-científico do Brasil. A intensificação do modelo capitalista internacional, pautada em uma ideologia da racionalidade e da modernização, supera o setor privado e adentra ao setor público. A expansão sem precedentes das empresas multinacionais junto "A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das ideias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais [...]" (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 26). A revolução dos transportes e das telecomunicações, com estabelecimento de redes mais densas e modernas, possibilitou condições de fluidez do território. Fluidez potencial, representada pela infraestrutura e uma fluidez efetiva, significada pelo seu uso.

Há ainda outros aspectos desses arranjos territoriais que podem ser indicados: o desenvolvimento do capitalismo agrário; a expansão das fronteiras agrícolas; a produção industrial extrovertida; uma maior penetração das empresas transnacionais; uma expansão da indústria dinâmica; o incremento da exportação; o aumento do setor terciário; a especialização territorial; a internacionalização dos processos de produção; a tendência à concentração e centralização da economia e uma dependência dos centros avançados do sistema mundial. Contudo, o Estado, para se manter, é "forçado" a implementar políticas que priorizam as grandes empresas e corporações em

detrimento de uma política de massas. “Nesse período, impõe-se uma grande ruptura. Importantes capitais fixos são adicionados ao território, em dissociação com o meio ambiente e com a produção. O capital comanda o território, e o trabalho, tornado abstrato, representa um papel indireto. Por isso, as diferenças regionais passam a ser diferenças sociais e não mais naturais. (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 29)

Paralelo a tudo isso ocorre o aumento da demanda por novas qualificações profissionais. “[...] o ensino superior realiza uma verdadeira conquista do território brasileiro”. Ocorre, ao mesmo tempo, uma difusão geográfica e social do ensino. Todas as regiões conhecem essa difusão do ensino, sobretudo superior, mas essa expansão não é homogênea.

As bases para a consolidação do meio técnico-científico-informacional se estabelecem no território brasileiro, conformando a inserção no mercado global. “Este novo meio é a cara geográfica da globalização” (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 31). Os grandes sistemas técnicos favorecem a fluidez espacial que passa a ser cada vez mais relevante, dando suporte a uma produção em todas as instâncias mercadológicas. Os sistemas de engenharia são projetados de forma integrada, as redes materiais e imateriais são tecidas com a perspectiva de convergir certos agentes de certas regiões do território. Essa seletividade na expansão do meio técnico-científico-informacional ocasiona uma divisão social e territorial do trabalho, deixando-a cada vez mais complexa. Entretanto, em todos os casos, a demanda por ensino e qualificação aumenta e a oferta se aproxima das especializações produtivas dos lugares. Nesse contexto, acessibilidade e localização dos bens e serviços, espalhados desigualmente pelo território, seguem uma lógica do mercado, mas podem ser modificadas por uma ação pública, minimizando os efeitos das compartimentações e exclusões de certas fatias da sociedade.

A partir disso, o que se tem é uma expansão significativa do ensino superior no território brasileiro, sobretudo, no sistema particular. Todas as regiões brasileiras passaram por essa ampliação da rede particular de ensino superior, porém com desigualdades. As “fronteiras educacionais” estão centradas nas áreas mais dinâmicas economicamente, ou seja, em ilhas representadas pelas capitais dos estados, nas metrópoles, e, principalmente, no eixo centro sul do país.

A diversidade de atividades econômicas, dos serviços, de instituições modernas reflete nos novos conteúdos para o ensino, novos saberes técnicos e científicos. “A natureza dos cursos permite, assim, elaborar uma geografia do ensino que, de um lado, participa da remodelação do território e,

de outro, é por esse mesmo território condicionada” (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 48). Percebe-se assim, em evidência, uma concentração e especialização dos cursos em áreas metropolitanas. Essas regiões caracterizadas pela densidade de ciência, técnica e informação, conseqüentemente, demandam por saberes especializados atrelados à tecnologia, informática, engenharia, robótica, assim como áreas ligada à saúde.

Como a metrópole fornece uma multiplicidade de ofertas de ensino, poder-se-ia dizer que existe uma “metropolização” da educação. A metrópole permite assim, qualitativa e quantitativamente, multiplicar as tipologias de cursos e o seu número, autorizando, também, através de sua concentração, a multidisciplinaridade e a qualidade dos cursos (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 49).

Com a oferta de cursos centralizada nas áreas mais urbanizadas e densas de atividades econômicas ocorre uma redução de custos educacionais com um atendimento maior para a população. Outro aspecto é que os cursos ofertados acabam por influenciar a dinâmica local e seu entorno, pelo oferecimento de conteúdos e saberes vinculados às instituições econômicas modernas. “É na produção e funcionamento de um espaço impregnado de técnica, ciência e informação que a qualificação das pessoas se torna decisiva, e as demandas pelo ensino são crescentes” (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 49).

Dissertando, ainda, sobre a geografia do ensino superior, os autores ressaltam a tensão, o jogo dialético, entre a homogeneização de determinados saberes e a especialização de outros, de acordo com os lugares. O ensino se desenvolve e suas ofertas ajudam a configurar o território. É, sobretudo, a vocação de homogeneização dos saberes que leva à expansão de uma fronteira educacional [...]. Paralelamente, segundo as necessidades de especialização territorial, dão-se concentrações diferenciais dos cursos. São os lugares reclamando diferenças ou, em outras palavras, o território utilizado localmente pela sociedade, impondo topologias educacionais diversas (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 54 - 55).

Nesse jogo, educação e território, reconfiguram os saberes. De um período de saberes universais e de saberes práticos, avança-se para uma época de saberes técnicos, pois tanto a “produção como o território se tecnificam”.

[...] com o domínio da técnica e da ciência, a ampliação dos consumos, o papel da informação e da organização e o poder das finanças criam a necessidade desses saberes científicos, técnicos, informacionais, no território como um todo, mas com marcantes especializações nos lugares. Em todos os períodos, a lógica do fenômeno educativo tem estreita relação com a própria lógica do fenômeno territorial (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p. 55).

Conforma-se, assim, o que os autores denominam como influências recíprocas entre educação e território. Como fica claro na indicação deles, a questão central é que há:

Um imperativo territorial na produção de educação. Essa idéia, entretanto, não é suficientemente utilizada nas tarefas de planejamento educacional. Esse imperativo permite pensar que há uma relação biunívoca entre educação e território. A Educação, atividade econômica e social de peso, tem, por isso, papel fundamental na caracterização do espaço nacional; este, por sua vez, em função das suas características regionais e locais, influi sobre a natureza da atividade educacional (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p.57).

A expansão desigual das instituições de educação, nos diversos níveis de ensino, tanto em quantidade como em qualidade, relaciona-se com a dialética entre território e educação. Municípios, Estados, Regiões, possuem particularidades econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais, que são características relevantes para o entendimento das desigualdades geográficas do fenômeno educacional. De maneira geral, isso fica mais evidente no ensino superior, pois se percebe uma densidade maior de estabelecimentos de ensino, de alunos e professores em áreas mais dinâmicas; principalmente, atrelados a especializações econômicas produtivas. Por outro lado, uma maior rarefação de instituições de ensino em regiões que não possuem atrativos econômicos. Nessa perspectiva, pode-se associar, em via de mão dupla, especializações produtivas e especializações educacionais.

Haveria, assim, uma dupla ação simultânea, reveladora da relação entre fenômeno educacional e fenômeno territorial. Dá-se, de um lado, a construção de topologias dos estabelecimentos de ensino sobre um dado espaço, enquanto, de outro, revela-se a força desse espaço na constituição de uma dada topologia. (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p.57).

Dessa forma, mesmo sendo instituições com pouco tempo de existência, o Instituto Federal da Bahia, Campus Porto Seguro (implantado em 2008), e a Universidade Federal do Sul da Bahia (criada pela Lei 12.818/2013) são vetores que irão formar novas configurações sociais, culturais, econômicas no território de Porto Seguro.

PORTO SEGURO: UM LUGAR LUMINOSO COM LINHAS ABISSAIS

O território de Porto Seguro é um retrato do que acontece com grande parte das cidades brasileiras, com muita riqueza, mas recheado de pobreza. No que se refere à educação, tema central dessa reflexão, o território é privilegiado, pois é incomum no país uma cidade com pouco mais de 150 mil habitantes ter duas instituições federais de ensino: Instituto Federal da Bahia e a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. Para Santos e Silveira (2000, p.65) “as localizações educacionais constituem uma questão geográfica, uma questão econômica e uma questão propriamente educacional”. Dessa forma, Porto Seguro sendo um importante polo turístico do país é

altamente visibilizado. Com essas duas instituições federais, configura-se também um território luminoso na questão educacional.

As linhas abissais cada vez mais alargadas podem ser representadas pelas dificuldades de acesso a tecnologia dos alunos do IFBA, sobretudo neste período de pandemia; e aqui, neste tópico, está nossa contribuição empírica exposta na forma de relato, a partir do que vivemos e ainda estamos vivendo dentro de uma angústia educacional, tanto por parte dos alunos, quanto por parte dos professores.

Numa situação de normalidade existem dificuldades de locomoção de alguns alunos, que moram em distritos de Porto Seguro, para chegar até o IFBA. Enfrentam estradas esburacadas, com falta de linha regular de ônibus, com horários sacrificantes, tanto para a ida ao IFBA, quanto para o retorno para casa. Com o surgimento da pandemia, houve um confinamento parcial da comunidade do IFBA, assim, se os alunos por um lado não precisaram usar os meios de transporte para se locomoverem, por outro lado sentiram a sensação do isolamento via conexão de internet. Isso se deve ao fato de que

Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro (SANTOS, 2020, p.139).

Esse cenário, visto em escala nacional, pode também ser observado em Porto Seguro, na totalidade do seu território. No IFBA, temos alunos que moram em distritos, em bairros onde a qualidade da internet ofertada pelas companhias é de qualidade duvidosa ou mesmo não existe. De acordo com Santos (2020, p.141), “a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo”. Logo, esses lugares podem ser caracterizados por serem opacos e demarcados por linhas abissais, que juntos fazem com que os alunos e toda a sua comunidade se tornem invisíveis. De outro modo, a parcela privilegiada dos alunos que mora no centro, em bairros privilegiados, estarão aproveitando de toda a infraestrutura que um lugar luminoso pode oferecer aos seus habitantes.

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA PANDEMIA

O IFBA, Campus Porto Seguro, ao decidir que haveria aulas e atividades remotas, ofereceu tablets e chips para que os alunos, principalmente os mais carentes economicamente, pudessem ter acesso à internet e assim poder participar das aulas remotas, tanto nas atividades síncronas, quanto nas assíncronas. Todavia, mesmo com essas providências, alunos que moravam na área rural ou em bairros desprovidos de infraestrutura não foram contemplados amplamente com o acesso à internet e, de certo modo, tiveram ceifadas as suas participações nas aulas. Além disso, vale ressaltar que mesmo os professores com acesso à internet em suas residências, por várias vezes, não conseguiram fazer uma aula contínua, sem que o acesso à internet fosse interrompido por motivos técnicos.

Desde que deixou de ser estigmatizada como uma ciência inútil, caracterizada dessa forma injusta por ser ministrada de forma “decoreba” e, portanto, desinteressante para os alunos, a geografia é reconhecidamente uma ciência que contribui para explicar o mundo em que vivemos; muito em função de uma postura de estudar a dinâmica territorial, incluindo seus aspectos físicos e humanos.

Os professores de geografia do IFBA, em Porto Seguro, ofertam a disciplina tanto de forma teórica, quanto prática, objetivando mostrar aos alunos como ela pode ser aplicada, por exemplo, no planejamento do território. Logo, na pandemia, a parte prática, que coloca os alunos fora de sala de aula e, por conseguinte, em contato com a sua realidade, ficou totalmente comprometida. Por conseguinte, por mais que os professores tentassem ser criativos, não há como substituir o trabalho de campo por aulas remotas. Por causa desse cenário, há o risco de que a disciplina absorva novamente o estereótipo de ser apenas uma ciência que ensina a memorizar conceitos básicos.

Portanto, seja o ensino da geografia voltado para a compreensão da dinâmica da natureza ou da sociedade, a atividade extraclasse é fundamental para que ela seja compreendida como uma ciência útil para a vida das pessoas. Aliás, os estudos geográficos são imprescindíveis e colaborativos com diversas áreas do conhecimento. Nessa perspectiva, através do território, é possível compreender, analisar e estudar, geograficamente, o fenômeno da educação. Nesse entrelace de educação/território, é possível articular urbanização, produção econômica, serviços, referências identitárias, sociedade, ambiente, ou seja, toda uma dinâmica espacial. Assim, essa gama de vetores que a geografia utiliza em suas análises pode ser compreendida a partir da conexão do que se ensina em sala de aula e a vivência do território por parte dos alunos.

Certamente, os alunos egressos do IFBA, na sua grande maioria, objetivam chegar ao ensino superior. Contudo, esse não é o escopo principal dos professores de geografia, isto é, ser comparados com professores de cursinho (sem nenhum demérito, pois, são objetivos diferentes dentro do processo de educação), daí que a geografia ofertada no IFBA, campus Porto Seguro, tem um caráter formador em sua totalidade. Por isso, concordamos com o pressuposto de que “a educação seja mais abrangente e menos parcelizada e pontual, exigindo uma verdadeira formação e não, apenas, um treinamento” (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p.64). Certamente, o modelo de ensino imposto pelas condições da pandemia prejudicou o processo de ensino-aprendizagem dentro da disciplina de geografia.

Não temos competência teórico-metodológica para analisar a dinâmica de outras disciplinas, mesmo porque as dinâmicas das aulas dependerão sempre da formação, da ideologia de cada professor. Na geografia, consideramos que as aulas presenciais, onde os contraditórios entre alunos e professores, alunos entre alunos, são imprescindíveis para que a geografia continue a ser uma ciência útil à toda a sociedade.

Como foi dito, Porto Seguro é o reflexo da diversidade que existe no mundo, sobretudo quando fazemos uma analogia com as escalas global, nacional e regional. Assim, o “mundo” de Porto Seguro é recheado de contradições benignas e perversas, frutos de uma política histórica, que foi norteadas efetivamente por uma centralização dos privilégios. O subdesenvolvimento presente na escala local, especificamente no território municipal, pode ser identificado de inúmeras formas: nossos alunos carentes economicamente ainda precisam conciliar os estudos com o trabalho; nossa escola ainda não tem infraestrutura para oferecer um ensino integral; alguns alunos não têm uma alimentação adequada dentro de suas casas; não são raros os casos de alunas que sofrem abusos, de todas as formas, seja em casa ou no trabalho; há uma gama de alunos que habitam em lugares opacos e que, conseqüentemente, vivem por trás de uma linha abissal; temos pais que criam filhos com alguma necessidade especial num território onde a medicina especializada ainda é bastante incipiente ou inexistente para alguns casos.

Essas não são características exclusivas de grande parte dos nossos alunos no IFBA, são características encontradas na maior parte do território brasileiro. Portanto, essa lista apenas indica alguns dos fatores que caracterizam os países em desenvolvimento e que, em sua maioria, não se preocupam com o bem-estar social dos jovens e, por conseguinte, com uma escola moderna e acolhedora como fator decisivo para o desenvolvimento do país.

De modo geral, as políticas de governo de países em desenvolvimento não são totalmente originais, em sua maior parte são copiadas de países desenvolvidos, com os quais se tem uma relação de subserviência. E isso independe de coloração partidária, passa muito mais pelo comportamento, pelo caráter do governante. Estabelecida essa análise, há uma pergunta que deve ser feita: há cidadania no Brasil? Concordando com Milton Santos percebemos que, “em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante [...] a degradação das escolas” (SANTOS, 2020, p.25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto poderia ser um roteiro de uma aula de geografia. Uma aula que aborda a relação da educação com o território e suas variantes, entre elas o cenário de pandemia que estamos vivendo. Essa é uma reflexão produzida por geógrafos, então não teria como dissociar a elaboração do texto com temas que permeiam o ensino de geografia no IFBA, Campus Porto Seguro, sobretudo em relação a temas que estão na vanguarda da discussão de diversas áreas do conhecimento. Ademais, o espaço, objeto de estudo da geografia, é dinâmico tanto por ações antrópicas ou por meio da ação de fenômenos naturais.

Nesse sentido, a pandemia atingiu a todos em diferentes níveis: alunos, professores, trabalhadores da educação em geral. Se, de um lado, a pandemia demonstrou que é fundamental o aperfeiçoamento, por parte de todos os envolvidos no processo educacional, em relação ao uso de ferramentas tecnológicas para o ensino remoto; do outro, esse contexto emergencial demonstrou a importância de ter de se buscar uma valorização do ambiente escolar tradicional, já que as ferramentas tecnológicas se demonstram insuficientes para substituí-lo.

A ideia de que o ensino poderia ser realizado dentro de casa pelos pais, sem o contexto social da escola, inclusive, como uma forma ideológica defendida por setores conservadores, foi rapidamente desmoronada pela pandemia. Aliás, essa só poderia ser concebida por quem não deseja oferecer mobilidade aos jovens, que moram nas zonas rurais e ficam, de certo modo, confinados em seus territórios. A escola para além de ser um ambiente apropriado para o processo de ensino-aprendizagem é também um lugar social, de socialização dos pensamentos antagônicos, portanto é o lugar de diferentes falas.

Não há como ensinar geografia apenas dentro dos limites da sala de aula, tampouco através de atividades remotas. Concordamos com o Santos (2001, p.36) quando diz que “a sociedade é algo, não vou dizer abstrato, mas ela não existe fora do território, e sim por suas relações com ele. A partir da geografia podemos chegar a uma reconstrução do país como sociedade nacional”. A geografia já se utiliza de uma gama de ferramentas tecnológicas que complementam o ensino teórico e prático conjuntamente com a análise crítica do mundo em que vivemos. Ver os elementos naturais de uma paisagem tão somente através da tela de um computador se configura apenas uma parte do ensino, pois a essência do ensino da geografia é vislumbrar os limiares dos territórios: as culturas, os climas, a diversidade econômica, os conflitos sociais, tudo aquilo que se entrelaça e forma as singularidades de cada território.

REFERÊNCIAS

DANTAS, A.; TAVARES, M. A. Introdução ao pensamento de Milton Santos: reflexões sobre o “Trabalho do Geógrafo...”. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 139-148, 2011. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74237. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74237>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7^a.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaios de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 3^a.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular no território brasileiro**. Brasília – DF. ABEMES, 2000.